

## Proposições do Colóquio da RP - CENTRO

Grupo	Âmbitos do Desenvolvimento Urbano	Propostas
1	Uso e Ocupação do Solo	Construir camelódromo para concentrar o comércio ambulante da região central e minimizar sua interferência na mobilidade de pedestres e veículos;
		Possibilitar maior adensamento da RP - Centro tendo em vista sua taxa de densidade demográfica baixa;
		Preservar, para a RP, os coeficientes de aproveitamento em vigência;
		Rever as taxas de ocupação de acordo com as especificidades e a dinâmica própria da cidade e seu patrimônio arquitetônico a proteger;
		Utilizar o instrumento de transferência do potencial construtivo na área central afetos aos imóveis tombados, utilizando-se os recursos decorrentes na política de preservação desse patrimônio;
		Estabelecer coeficientes que possibilitem níveis de conflitos mitigados e uma perspectiva humana, menos sufocante e desagradável para os moradores da RP;
		Prover mais espaços de convívio e lazer na RP de modo a torná-la aprazível atraente e ofertante de qualidade de vida;
		Desconcentrar usos e serviços públicos para outras RPs como meio de diminuir a dependência da população em relação à RP-Centro, melhorando sua mobilidade;
		Definir estrutura de ordenamento necessária para que RP – Centro adquira ganhos na qualidade de vida;
		Articular de maneira mais orgânica a orla do Rio Paraibuna no contexto da área central e da cidade;
		Permitir a construção de edifícios garagem, na área central, para restringir os estacionamentos nas vias;
		Preservar, no PDP, as vias estruturantes previstas no PDDU de 2000;
		Priorizar a redistribuição de serviços e atividades para outras regiões a fim de fortalecer novas centralidades;
		Fortalecer a descentralização dos serviços públicos municipais através dos Centros Regionais;
		Definir as densidades apropriadas para as diversas áreas do centro expandido ou da RP – Centro como um todo, tomando como balizadores a qualidade de vida e a capacidade instalada da infraestrutura disponível;
		Buscar forma de valorização do patrimônio histórico-cultural, levando em conta seu interesse para a cidade, com aplicação de mecanismos compensatórios, pelo poder público, aos seus proprietários, visando a manutenção em bom estado desses imóveis;
Manter a área central ativa através da consolidação do uso residencial;		
Impulsionar e direcionar a implantação de grandes empreendimentos, com poder de atração, para as áreas em que se deseja a formação/consolidação de centralidades;		

		Adotar alterações na legislação urbanística que concorram para a consolidação de novas centralidades;
		Restringir, através de coeficientes urbanísticos, empreendimentos imobiliários densos e com muitas vagas de garagem, pois constituem polos geradores de tráfego que afetam, sobretudo, a mobilidade urbana;
		Limitar a disponibilidade de vagas de garagem por unidade habitacional;
		Olhar o eixo do Rio Paraibuna como porção do território com grande potencial a ser explorado e estimulado urbanisticamente;
		Eleger o leito da via férrea como área potencial de interesse urbanístico.
	Habitação	Trazer a habitação social para áreas mais centrais, permitindo que os estratos populares tenham também acesso a áreas melhor estruturadas;
		Mapear as edificações abandonadas e subutilizadas da RP que possam ser convertidas em moradias populares;
		Ocupar os vazios urbanos lindeiros ao Rio Paraibuna com habitação de interesse social, possibilitando o direito à cidade e a socialização do espaço urbano;
		Produzir imóveis subsidiados para classes de menor poder aquisitivo;
		Disponibilizar o serviço de assistência técnica e jurídica pública gratuita;
		Pensar conjuntos habitacionais verticalizados de interesse social e de mercado popular para a RP – Centro;
		Dar função social aos edifícios abandonados da RP – Centro, destinando-os para habitação de interesse social;
		Utilizar vazios urbanos ao longo do eixo Paraibuna para implantação de empreendimentos habitacionais de interesse social;
		Pensar a política habitacional como ação contínua para além do Programa MCMV, avançando nas outras iniciativas que lhe são próprias e complementares;
		Viabilizar subsídio do poder público para implantação de empreendimentos habitacionais de interesse social, na RP – Centro.
	Transporte e Mobilidade	Resolver as ocupações das vias por pontos de taxi e os estrangulamentos das calçadas por camelôs, elementos do comércio formal e por equipamentos de coleta de lixo, de telefonia, dos correios e de trânsito;
		Elevar a disponibilidade de taxis e conferir eficiência ao sistema;
		Melhorar a mobilidade na RP, repensando os estacionamentos nas vias e adotando o sistema troncalizando a fim de evitar o excesso de linhas que afluem à região central;
		Restringir os estacionamentos nas vias por veículos de carga e descarga de grande porte, definindo e observando horário adequado para essa operação;
Compelir as escolas a terem alternativas próprias para entrada e saída de veículos nos turnos escolares;		
Iniciar e intensificar negociações que favoreçam e viabilizem o cotorno ferroviário, garantindo o leito da entrada de ferro para transporte de massa;		

		Viabilizar o anel rodoviário de Juiz de Fora;
		Exercer fiscalização sobre o cumprimento dos horários dos ônibus, pelas empresas;
		Exercer uma administração eficiente no sistema de transporte público, racionalizando e fiscalizando as linhas de ônibus;
		Priorizar a circulação de pedestres na área central, adotando estratégias de remoção de obstáculos e de promoção da mobilidade;
		Priorizar o ônibus ao taxi;
		Utilizar futuramente a linha férrea para transporte de massa, articulada com as vias lindeiras ao Rio Paraibuna;
		Proporcionar qualidade no transporte público para estimular seu uso;
		Onerar o uso do transporte individual na área central, desestimulando seu uso;
		Retirar o tráfego de passagem das vias interiores da cidade e transferi-lo para contronos rodoviários periféricos que devem ser estudados e viabilizados, como a estrada de acesso ao Aeroporto Regional, a Via Retiro- Grama e outros possíveis;
		Incentivar o transporte de massa ao taxi;
		Manter, no PDP, as vias propostas no PDDU/2000;
		Orientar a cidade que queremos a partir de vocações nela reconhecidas, regulando, nesse sentido, seu planejamento e desenvolvimento;
		Restringir empreendimentos que se apresentam como polos geradores de tráfego em áreas densas.
	Saneamento, Meio Ambiente e Áreas Verdes	Estudar e optar por alternativas de revestimento viário que garantam maior permeabilidade do solo nas áreas densamente ocupadas.
Fonte: Colóquio da RP – Centro – Grupo 1		

## Proposições do Colóquio RP - Centro

Grupo	Âmbitos do Desenvolvimento Urbano	Propostas
2	Uso e Ocupação do Solo	Limitar, na RP – Centro, o gabarito máximo permitido para as novas edificações que, devido a largura restrita das vias, geram falta de iluminação e de insolação no entorno;
		Repensar o modelo de ocupação das vias principais da RP, permitindo taxa de 100% de ocupação dos terrenos;
		Criar instrumentos legais que assegurem a preservação da paisagem urbana, onde se localizam os bens tombados de valor histórico e cultural;
		Tornar a RP - Centro mais adensada, visando repercutir na melhoria da mobilidade urbana;
		Criar condições semelhantes as da RP - Centro em outras localidades a fim de torná-las atrativas à moradia e possibilitar equidade urbanístico-espacial;
		Definir verticalização e taxas de adensamento para cada região, conforme a disponibilidade, oferta e dimensionamento de serviços e de infraestrutura;
		Buscar melhor distribuição e equilíbrio de infraestrutura, comércio, serviços e de equipamentos públicos para as diversas regiões da cidade no sentido de favorecer a mobilidade urbana;
		Manter possibilidades de adensamento na RP nas porções onde a ocupação não esteja saturada e que ainda apresentam potencial de crescimento;
		Rever as estratégias de investimentos e alocação de empreendimentos, no sentido de descentralizar a qualidade de vida, benefícios e facilidades;
		Adensar, a partir de estudos que reconheçam, caso a caso, as áreas da cidade efetivamente propícias aos incrementos de ocupação;
		Considerar os sérios problemas de trânsito e a insuficiência das calçadas, quando se pensar a questão do adensamento na RP – Centro;
		Criar estrutura institucional com a atribuição de gerir o PDP;
		Promover a aproximação e a articulação de Juiz de Fora com os municípios de sua região, através das afinidades comuns vinculadas aos circuitos turísticos;
		Criar condições de desenvolvimento turístico para novas áreas/regiões da cidade que demonstram potencialidade para tal;
		Reforçar a posição do Município como polo comercial e de eventos de negócios, artístico-culturais e de gastronomia.
Promover polos turísticos estratégicos, através do desenvolvimento de regiões vocacionadas pela oferta e consumo de produtos com identidade local e de serviços e atrações exclusivas;		

		Estimular a agroturismo e o ecoturismo;
		Reabilitar bens e espaços públicos com identificação turística, recuperando-os arquitetônica e urbananisticamente de modo que possam ser utilizados pela população e pelo visitante;
		Buscar maior eficácia futura do PDP, possibilitando que defina parâmetros consistentes capazes de impedir a multiplicação de legislações urbanas casuísticas;
		Rever a ideia de se implantar centro de comércio popular na área central, pois irá comprometer, ainda mais, a mobilidade da região;
		Preservar a área central como acolhedora de moradia, evitando que essa função seja desequilibrada, produzindo, conseqüentemente, seu esvaziamento e perda de sua vitalidade;
		Manter qualidade nos espaços de uso público da área central para que não se tornem insalubres;
		Conter a implantação de novos equipamentos e empreendimentos na área central que possam representar novos gargalos, até que seja redimensionada sua infraestrutura;
		Definir diretrizes no PDP por territórios, priorizando medidas que supram suas carências e impulsionem suas potencialidades;
		Revitalizar a porção da área central, próxima ao Rio Paraibuna;
		Promover novas centralidades, através da desconcentração das funções urbanas da RP-Centro e sua redistribuição para outras RPs, contribuindo para a melhoria da mobilidade;
		Calibrar adensamento na RP-Centro com qualidade de vida e com infraestrutura de saneamento adequada;
		Particularizar a decisão por adensar ou não adensar, segundo peculiaridades de cada recorte territorial, considerando seu reflexo sobre o trânsito principalmente;
		Dar efetividade às diretrizes de proposições do PDP.
		<b>Habitação</b>
		Mapear, na RP – Centro, os vazios urbanos e as edificações sem uso, com vistas ao seu aproveitamento para moradia de interesse social.
	<b>Transporte e Mobilidade</b>	Buscar alternativas para transposição da linha férrea;
		Viabilizar o contorno ferroviário e utilizar a linha férrea para implantação de sistema de transporte de massa, construindo nas estações de embarque e desembarque pontos comerciais e shopping centers;
		Utilizar soluções operacionais para desafogar o trânsito no Morro da Glória;

		Abortar a implantação do viaduto do Tupinanbás sobre a via férrea, ligando as Ruas Cel. Defino Nonato e Cláudio Martins Chaves, tendo em vista sua reduzida função para o trânsito da região;
		Exigir da MRS Logística a melhoria de infraestrutura de segurança ao longo da via férrea;
		Repensar a área azul na perspectiva da redução da oferta de estacionamento nas vias centrais e da sua pedestralização;
		Introduzir no sistema de transporte público alternativas de transporte coletivo como vans, micro-ônibus e incrementar o número de concessões para táxi;
		Introduzir novas alternativas de transporte coletivo como vans, micro-ônibus e incrementar o número de concessões para taxis;
		Pensar como possibilidade futura de transporte de pessoas a instalação de linha férrea elevada, acompanhando a margem do Rio Paraibuna, tendo comércios, serviços e bicicletários nas paradas de embarque e desembarque;
		Introduzir, na via férrea, linha regular para transporte de passageiros paralela à de transporte de carga, enquanto não se viabiliza o contorno ferroviário;
		Alargar o passeio da Rua Benjamin Constant na travessia da via férrea;
		Implantar faixas para travessia segura de pedestres, nas vias de grande circulação de veículos;
		Definir as questões de mobilidade considerando a cidade como um todo, pois afetam a todos e interferem em várias regiões;
		Capilarizar, em todas as regiões, os corredores exclusivos para o transporte coletivo;
		Explicitar uma posição mais clara e objetiva da Prefeitura em relação aos estrangulamentos da mobilidade causados pela circulação dos trens e sobre o contorno ferroviário;
		Adotar conjunto de medidas que melhore a mobilidade, na RP.
		Saneamento, Meio Ambiente e Áreas Verdes
Aumentar a permeabilidade do solo, na RP – Centro;		
Refazer as redes coletoras de esgoto e de águas pluviais da RP, adotando o sistema de separador absoluto;		
Desenvolver campanha de educação ambiental com foco na ação colaborativa dos cidadãos, visando a não obstrução de bueiros;		

		Definir estratégia a ser utilizada para proteger, dos incêndios periódicos, a vegetação do Morro do Imperador;
		Fortalecer os mecanismos de proteção das áreas verdes existentes na região central;
		Melhorar o sistema de drenagem urbana, aumentando sua capacidade de escoamento;
		Promover iniciativas públicas de aproximação do homem com a natureza e com as questões ambientais, de lazer e de saúde, a partir da oportunidade de convívio da população com as áreas verdes e com a natureza;
		Desenvolver estudos para o aproveitamento da água de chuva;
		Criar, na RP – Centro, novas áreas verdes de uso público.
Fonte: Colóquio da RP – Centro – Grupo 2		